

VANDERLEI SIRAQUE

Advogado (FDUSP). Especialista em Direito do Trabalho e da Segurança Social. Mestre em Direito pela PUCSP. Coordenador do curso de pós-graduação em gestão de políticas públicas de segurança do Centro Universitário Fundação Santo André. Idealizador do ENSEFUSA — Instituto de Políticas Públicas de Segurança da Fundação Santo André. Deputado estadual e vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa de São Paulo.

CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Possibilidades e limites na Constituição de 1988

2005
Editora
Saraiva

35.078.3(81)
S619c

ISBN 85-02-05448-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Siraque, Vanderlei

Controle social da função administrativa do Estado : possibilidades e limites na Constituição de 1988/ Vanderlei Siraque. — São Paulo : Saraiva, 2005.

Bibliografia.

1. Administração pública - Controle 2. Brasil – Constituição (1988) 3. Controle social 4. O Estado 5. Responsabilidade administrativa I. Título. 05-5640 CDU-342.2:35.078.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Estado : Função administrativa : Controle social : Direito 342.2:35.078.3

2. Função administrativa do Estado : Controle social : Direito 342.2:35.078.3

35.078.3(81)
S619c

SUMÁRIO

Prefácio	IX
Apresentação	XI
Introdução	XVII
 CAPÍTULO I — APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO	 1
 CAPÍTULO II — FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	 11
 CAPÍTULO III — Os DIREITOS FUNDAMENTAIS	
1. A denominação direitos fundamentais	19
2. Classificação e conceito dos direitos fundamentais	20
2.1. Classificação	21
2.1.1. Enfoque conteudístico	22
2.1.2. Enfoque jurídico positivo	22
2.1.3. Enfoque evolutivo cumulativo	23
2.2. Características extrínsecas dos direitos fundamentais	24
2.3. Características intrínsecas dos direitos fundamentais	24
 CAPÍTULO IV - O PRINCÍPIO REPUBLICANO COMO FUNDAMENTO DO CONTROLE SOCIAL	 29
 CAPÍTULO V — As FUNÇÕES ESSENCIAIS DO ESTADO: JURISDICIONAL, LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA	 33
1. Histórico	33
2. Critérios para a distinção das funções do Estado	34
3. A função jurisdicional do Estado	36
3.1. O princípio da inafastabilidade da jurisdição	36
3.2. O princípio da inafastabilidade não é sinônimo de controle jurisdicional.	37
3.3. A função típica do Judiciário	38
4. A função legislativa do Estado	39
4.1. Conceito	39
4.2. A complexidade do processo legislativo	41
4.3. A função legislativa determina as políticas públicas	44
4.4. A competência fiscalizadora exercida pelo Legislativo	45
4.5. A competência administrativa do Legislativo	45
4.6. O Legislativo no exercício da função jurisdicional	46
4.7. A participação na constituição de outros Poderes	48
 CAPÍTULO VI—A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	 51

1. Considerações gerais	51
2. Os princípios norteadores da função administrativa do Estado	53
2.1.0 princípio da legalidade	55
2.2. O princípio da moralidade	58
2.3. O princípio da impessoalidade	62
2.4. O princípio da publicidade	62
2.5. O princípio da eficiência	64
2.6. Princípios constitucionais implícitos	67
 CAPÍTULO VII — Os ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	 69
1. Conceito	69
2. Classificação e vícios dos atos administrativos	72
 CAPÍTULO VIII — O CONTROLE	 77
1. Conceito de controle	77
2. Características específicas do controle	90
3. As diferenças entre controle e julgamento	91
4. Classificação das formas de controle da função administrativa do Estado	93
4.1. Controle institucional	94
4.1.1. Conceito de controle institucional	94
4.1.2. Controle institucional interno	95
4.1.3. Controle institucional externo	97
4.2. Controle social	99
4.2.1. Conceito de controle social	99
4.2.2. Controle social no sentido de dominação	105
4.3. Formas de manifestação do controle social	109
5. O controle social e os direitos fundamentais	110
6. A diferença entre controle social e participação popular	112
 CAPÍTULO IX — FATORES QUE PROMOVEM O CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	 115
1. O Orçamento Participativo	115
2. Planejamento participativo	119
3. Conselhos de políticas públicas	122
3.1. Conceito	122
3.2. Origem dos conselhos de políticas públicas	125
3.3. A mescla entre técnica e sabedoria popular	127
3.4. A configuração dos conselhos de políticas públicas	128
4. As organizações não governamentais (ONGs)	129
4.1. As organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs)	132
4.2. As organizações sociais (OSs)	133

5. A eletrônica como mecanismo de participação popular e de controle social	134
6. As ouvidorias	137
7. Os meios de comunicação social	139

CAPÍTULO X — FATORES LIMITADORES DO CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	143
1. O clientelismo político	144
1.1. Propostas para combater o clientelismo político	151
2. O tráfico de influências	153
2.1. Propostas para controlar o sistema de transporte coletivo urbano de passageiro	160
3. O assistencialismo e o paternalismo político	162
3.1. Algumas propostas para combater o assistencialismo e o paternalismo político	164
4. As dificuldades de acesso efetivo ao Poder Judiciário	168
4.1. Alguns fatores que limitam o acesso ao Judiciário	171
5. As dificuldades de acesso às informações públicas	173
6. A falta de cultura participativa e de fiscalização	173

CAPÍTULO XI — INSTRUMENTOS JURÍDICOS QUE GARANTEM O CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	177
1. Introdução	177
2. Os fundamentos jurídicos do controle social	178
3. Direito de certidão	183
4. Direito de petição	184
5. Direito de informação pública	185
6. As garantias assecuratórias do controle social	186
6.1. As ações constitucionais (remédios constitucionais) como espécies das garantias individuais e coletivas	186
6.2. Mandado de segurança individual	188
6.3. Mandado de segurança coletivo	190
6.4. Mandado de injunção	192
6.5. Habeas corpus	198
6.6. Habeas data	201
6.7. Ação popular	203
6.8. Ação civil pública	206

CAPÍTULO XII — NORMAS CONSTITUCIONAIS LIMITADORAS DO CONTROLE SOCIAL DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	209
1. Limitações decorrentes do abuso, do absurdo e da má-fé do requerente	210

2. Limitações decorrentes de informações sigilosas	212
3. Limitações decorrentes da colisão de direitos	215
Conclusões	221
Referências bibliográficas	225